

ESTADO E ECONOMIA NO BRASIL: 1930-1964. FUNDAMENTOS DA CONSTRUÇÃO DE UM CAPITALISMO URBANO-INDUSTRIAL PERIFÉRICO

1. INTRODUÇÃO

A estrutura sócio-econômica vigente no país é, em grande medida, resultado das transformações ocorridas no período que, *grosso modo*, pode-se delimitar entre os anos 1930 e 1960.

Os anos 1930, não obstante, se constituíram numa conjuntura histórica marcada por ampla rearticulação política, econômica e cultural, que baseou o desenrolar da dinâmica sócio-econômica consolidada posteriormente. Neste sentido, em primeiro lugar, tenha-se em conta a ocorrência de alguns fatos históricos decisivos – com maior ou menor grau de entrelaçamento – que abriram espaços para uma reestruturação profunda nos fundamentos do aparelho estatal, procurando dotá-lo de uma organização burocrática capaz de mobilizar ações racionais, ou instrumentais, muito distintas das existentes até então. Isto, tanto na busca de eficiência na alocação de recursos direcionados, quanto na montagem de fundamentos político-institucionais, visando mediar, de forma centralizada, os conflitos no âmbito da sociedade civil em franca transformação. E, a partir disto, compôs e efetivou políticas de intervenção que implicaram mudanças no aparelho produtivo, pelo menos no tocante à redefinição da sua dinâmica intersectorial. Em segundo lugar, durante, praticamente toda a década, as economias mais importantes da Europa ocidental e a dos Estados Unidos sofreram fortes instabilidades econômicas e fracos crescimen-

ASSUÉRO FERREIRA*

RESUMO

Neste artigo, o autor demonstra como as transformações do aparelho de Estado no Brasil, nos anos 1930-60, foram dirigidas no sentido de dotar o mesmo de um caráter proativo no processo de reconstrução do capitalismo nacional em sua fase de ascensão urbano-industrial. Em síntese, conclui que o projeto estatal de reconstrução do capitalismo foi relativamente bem sucedido no tocante à afirmação de uma economia periférica dependente, mas, fracassou na construção de bases aceitáveis de justiça social.

ABSTRACT

In this article the author demonstrates as the transformations of the apparel of State in Brazil, in the years 1930-60, they were directed to endow the same of a character proactive in the process of reconstruction of the national capitalism in its phase of urban-industrial ascension. In synthesis, it concludes that the state project of reconstruction of the capitalism was relatively well happened concerning statement of a dependent peripheral economy, but, it failed in the construction of acceptable bases of social justice.

* Doutor em Sociologia, Professor Titular da Universidade Federal do Ceará.

tos, inclusive, com períodos de profundas depressões, como a que sucedeu à crise de 1929, até 1932. Esta conjuntura internacional favoreceu um crescimento da economia brasileira “para dentro”, com decidido apoio do governo central.

Os fatos históricos aqui referidos, em síntese, são os seguintes:

- a) A Revolução de 1930 abriu espaços políticos para dar maior evidência às reivindicações de segmentos de classes burguesas e médias em ascensões - originários da nova etapa de incremento das atividades urbano-industriais - e ao funcionalismo público graduado, civil e militar. Essas demandas políticas punham em xeque o pacto de poder estabelecido no desenrolar da República Velha, a qual tinha as oligarquias agrárias como grupos dominantes locais, articuladas de forma subordinada sob a hegemonia da oligarquia cafeeira;
- b) A emergência e difusão de uma ideologia desenvolvimentista, racionalista instrumental, assumida pelos segmentos de classes emergentes, fundamentaram movimentos sociais importantes, que reivindicavam mudanças na gestão governamental do aparelho de Estado, que rompessem com o modo patrimonial e clientelista vigente em consonância com as idéias, ainda difusas, por provirem de segmentos sociais distintos, de expansão econômica de base urbano-industrial;

c) Decorrente dessa articulação de forças que conduziu à Revolução de 30, reforçada pela crise da economia cafeeira, tem-se uma nova forma de entrada em cena do Estado na economia – fugindo aos princípios anteriores, em geral normativos, e discricionários, como no caso da proteção ao café –, reorientando as políticas econômicas e sociais com vistas a incentivar a industrialização. Isto compreendendo, principalmente, políticas de proteção aduaneira e cambial e incentivos financeiros e monetários-creditícios; além disso, foi implementada uma extensa legislação social, visando, corporativamente, administrar os conflitos de classes urbanas que começavam a ganhar corpo com a crescente diversificação da divisão social do trabalho, decorrente da expansão urbano-industrial em curso. Nestes termos, pode-se conceber uma afirmação prática da orientação ideológica desenvolvimentista referida.

d) A grande depressão de 1929, e suas conseqüências negativas sobre as economias centrais, contraditoriamente, possibilitaram uma intensificação da atividade econômica interna, diversificando a atividade industrial e expandindo específicas bases estruturais, reforçando o processo de substituição de importações em curso, contextualizada num efetivo incremento da urbanização. Transmuda-se, nestes termos, o fator de determinação dinâmica da economia brasileira cujo principal multiplicador interno da renda passa a ser o investimento produtivo, ao invés das exportações, como no período anterior.

As modificações operadas nesse período englobam, desse modo, as dimensões fundamentais do processo histórico do desenvolvimento – política, social, econômica e cultural – guardando, em certo grau, inter-relações de propósitos. O desdobramento dessa nova configuração encaminhou-se no sentido de superar a estreiteza capitalista do modelo primário-exportador vigente. Desse modo, potencializava a ampliação da taxa de acumulação,

por conta de extensão da divisão social do trabalho, com dominância urbana, ao mesmo tempo em que *ad hoc* se redefinia a hegemonia no pacto de poder, com a emergência burguês-industrial, embora ainda incipiente. Entretanto, a reduzida capacidade da nascente burguesia industrial, de impor uma decidida hegemonia no novo pacto de poder, possibilitou ao Estado dar continuidade às suas características autoritárias (e repressivas, a partir de 1937, com a ditadura do Estado Novo).

Uma característica importante nessa nova configuração de poder é a existência de uma ambigüidade, forçada, na reestruturação do Estado. Pois, se a Revolução de 30 é considerada a revolução burguesa no Brasil, a correspondente ideologia burguesa encontra dificuldades em se implantar enquanto cultura política própria, no pacto de poder estabelecido. Isto se deve, num primeiro instante, a que na articulação do pacto de poder subsistiu divergência expressiva entre a burguesia urbano-industrial em ascensão e segmentos conservadores das oligarquias agrárias, antes dominantes. Num segundo momento, diante da impossibilidade de administrar esses e outros conflitos políticos que se propagam durante a década, colocando em risco a estabilidade institucional vigente, o presidente Getúlio Vargas, o signatário das mudanças burguesas, recorre ao grupo emergente mais coeso, o dos militares, e implanta uma ditadura, em 1937. A ditadura do Estado Novo, no entanto, foi implantada sob o argumento legitimador de barrar o *avanço do comunismo*¹. O Estado passa, a partir de então, a operacionalizar o projeto burguês sobrepondo-se à sociedade civil em transformação².

Em outros termos, se a Revolução de 30 promoveu, num primeiro instante, um relativo afastamento do bloco histórico anterior, ou seja, das oligarquias agrárias, ao mesmo tempo criou-se um vazio político, conjuntural no âmbito da sociedade civil, devido ao conteúdo ideológico, ainda não consolidado, das demais classes e segmentos sociais correlatos, além das suas reduzidas expressões representativas. Diante dessas circunstâncias, a distinção mais evidente

da crise política, projetada nos governos Provisório (1930-34) e Constitucional (1934-37), chefiados por Vargas, será derivada, em sua maior expressão, da impossibilidade da burguesia urbano-industrial e dos segmentos de classes médias, associados, imporem-se, hegemonicamente, como bloco histórico no aparelho de Estado, em contraponto aos poderes das oligarquias regionais, particularmente, as paulistas³.

Em outros termos, significa dizer que, concomitante à fragmentação de um dado bloco histórico (oligarquias agrárias), transparece a falta de organização e representatividade dos outros grupos que intentam ascender como bloco histórico, a partir dos segmentos que contribuíram para a parcial derrocada do primeiro. No contexto desse vazio político, impõe-se a necessidade de acomodar as antigas elites, e as emergentes, na reformulação do novo pacto de poder. Nessas circunstâncias, como bem acentua Diniz, criam-se as condições para a imposição de um Estado forte, autoritário e centralizador, na procura de estabelecer uma posição tecnocrática ordenadora de estratégias, que visava mudar o perfil do processo de acumulação capitalista nacional⁴.

Esse processo revestiu-se de grande significado para uma redefinição estrutural do Estado, enquanto instância reguladora e indutora de uma nova dinâmica econômica e social no país⁵. Estamos de acordo com Albuquerque, ao afirmar que

(...) com a instalação do Estado Novo os setores industrializantes obtiveram um suporte sólido para a efetivação de mudanças na estrutura produtiva e na administração do País. Transferiu-se a ação política do campo parlamentar para o âmbito da burocracia civil e militar, da mesma forma que o populismo passou a orientar a política trabalhista do Governo⁶.

A antítese sociedade civil x sociedade política se resolveu, impositivamente, na sociedade política, que passou a mediar as necessidades de viabilização

(e sustentação) sócio-econômica, ideológica e reprodutiva, deslocando a instância consensual para dar lugar efetivo à instância coercitiva. Não há como deixar de compreender que a implantação da ditadura do Estado Novo constituiu-se na resolução de uma crise política de largo espectro, diante da impossibilidade de se estabelecer um equilíbrio funcional na implantação de uma democracia liberal, de caráter plural-elistista⁷, sob o argumento simplificador de barrar o avanço do comunismo⁸.

As estreitas ligações entre as transformações políticas e a estruturação da dinâmica econômica capitalista são de particular interesse, nesse contexto, na análise da conjuntura histórica em tela. Neste sentido, vale indagar sobre quais fatores econômicos específicos podem ser considerados como retardadores da expansão capitalista mais diversificada no Brasil e, conseqüentemente, de uma maior divisão social do trabalho que, por sua vez, inegavelmente, tanto influencia a expansão do mercado interno, quanto corrobora, decididamente, na formação das classes e segmentos sociais correlatos. As respostas dadas a esta questão têm ressaltado uma enumeração relativamente longa, mas, que pode ser simplificada nos seguintes fatos:

- a) Permanência da estrutura de uso e posse da terra, nas várias regiões do país, onde não se aprofundaram as relações de assalariamento e, portanto, uma restrita extensão monetizada das trocas, como conseqüência direta da limitada divisão social do trabalho, ao contrário do que aconteceu com a atividade cafeeira, em seu segmento mais relevante. Nessas circunstâncias, a expansão da urbanização estava condicionada, praticamente, às atividades exportadoras;
- b) A política protecionista do café em conjunto com inadequadas políticas monetárias, cambial e fiscal, afora a existência de certas bases institucionais contrárias à industrialização⁹. Ou seja, o caráter discriminatório e localizado da ação reguladora do Estado e a aceitação passiva da divisão internacional do trabalho;

- c) Incapacidade interna de desenvolvimento, absorção e difusão do progresso técnico por uma economia de base primário-exportadora, contribuindo para reforçar, no longo prazo, transferências de valores para as economias centrais através das relações de troca, devido às perdas em termos de intercâmbio. Além disso, por conta da estreita base de arrecadação fiscal, o governo central recorria sistematicamente ao endividamento externo, cujos encargos, também, se constituíam em poupanças transferidas para o exterior;
- d) Por fim, conforme a tese clássica de Furtado, verificavam-se sérias restrições à adaptação das regras vigentes do comércio internacional, baseadas no padrão-ouro, por conta da inversão improdutiva das reservas metálicas, sob condições de existência de um elevado coeficiente de importação. Assim, desde que ocorressem bruscos desequilíbrios na balança de pagamentos deveria acontecer uma retração em proporções acentuadas do meio circulante, provocando sérias lesões ao nível de formação bruta de capital¹⁰.

Nos anos 1930, no tocante à divisão social de classes, vigia uma configuração simples. Por um lado, as oligarquias agrárias em franco declínio no pacto do poder central estabelecido, porém, mesmo assim, sendo contemplada com políticas protecionistas, como nos casos do café e do açúcar, ao mesmo tempo em que reforçavam seus poderes locais. Por outro, a extensa classe trabalhadora, ligada ao setor primário, com reduzidas relações de assalariamento. No espaço urbano, começam a se consubstanciar expansões de contingentes de assalariados urbanos, para além daqueles pré-existentes, ligados, direta ou indiretamente, às atividades exportadoras. Neste caso, vale mencionar, nas duas primeiras décadas do século, a imigração internacional, especialmente, de origem italiana, com maior expressão na região Sudeste por conta da maior expansão da indústria¹¹.

Porém, a partir dos anos 1930, o proletariado urbano será reforçado de maneira decisiva pela migração interna, num movimento do tipo rural-

urbano, sendo tanto mais intenso quanto maior fosse a capacidade de certas áreas atraírem população pela expansão da divisão social do trabalho. Neste caso, os estados de São Paulo e Rio de Janeiro, nesta ordem, constituíram as áreas de maior atração dos fluxos migratórios provindos de todo o país.

Nos interstícios das duas classes tradicionais, consolidadas desde o período colonial - proprietários rurais e comerciantes ligados às atividades de exportação - passam a emergir mais decididamente no meio urbano, na razão direta da expansão da divisão social: a) segmentos de classes médias, em que se incluem funcionários públicos graduados - civis e militares -, comerciários, além, de pequenos e médios comerciantes e prestadores de serviços; b) e, por fim, um segmento vinculado aos setores industrial e do grande comércio - este, normalmente vinculado às atividades de comércio externo -, e de atividades terciárias, como, por exemplo, as de natureza bancária, de energia elétrica e transportes. Este último segmento, juntamente com o estamento militar, é que se constituiu no contraponto fundamental às oligarquias rurais dominantes, na luta pelo poder, mesmo que, em maior ou menor extensão, tivesse, no passado recente, forte vinculação com as atividades econômicas do comércio exterior¹². Se a expansão da urbanização no Brasil, a partir do último quartel do século XIX e no primeiro do século XX, está diretamente vinculada às atividades exportadoras, cabendo maior destaque ao café na região Sudeste, ela mesma contém os fundamentos da transformação sócio-política, contestadora da dominação de classe pré-existente. Neste contexto, as variadas manifestações têm o seu clímax na revolução de 1930. Como resume Sodré:

A revolução de 1930, episódio marcante da ascensão burguesa em nosso País, teria essencialmente, esse sentido: adaptar o aparelho de Estado, provavelmente obsoleto, às necessidades de expansão burguesa. Essas necessidades (...) traduziam-se há algum tempo em

pronunciamentos políticos dos mais sintomáticos e caracterizados. Todo o largo período de inquietação e de agitações, de perturbações e motins militares, de manifestações de massas, as primeiras em grande amplitude que a história registra, assinala aquelas necessidades, que vão crescendo, e que culminam quando os efeitos da crise de 1929 atingem o País¹³.

2. FUNDANDO AS BASES DA NOVA ECONOMIA SOB NOVA CONFIGURAÇÃO POLÍTICA: 1930-1940

É fato sabido que, até o início da década de 30, o Brasil pode ser considerado uma economia com características primário-exportadoras. Ou seja, a dinâmica do seu processo de acumulação de capital assentava-se numa divisão social do trabalho em que predominavam as atividades agrárias, notadamente, as grandes produções monocultoras de exportação em que se destacava o café e, seguindo-se em escala, o algodão e a cana-de-açúcar. A estrutura urbana, neste caso, se constituía, fundamentalmente, como reflexa dessas atividades exportadoras; daí a sua limitada divisão social do trabalho. As mudanças significativas nessa situação somente começaram a acontecer quando a economia, por aqueles motivos antes mencionados, desloca o seu eixo dinâmico para o mercado interno com o processo de substituição de importações, cujo maior dinamismo se estabeleceu a partir dos anos 1930.

Observa-se, no entanto, como afirma Fishlow, que o processo de substituição de importações é anterior à grande depressão, ainda que a predominância no perfil industrial seja de dois ramos: os de produção de bens de consumo essencial e têxtil¹⁴. Constata-se que os mesmos já haviam alcançado uma relativa dominação do mercado interno de baixa renda, por volta de 1919. Contudo, embora já comesçassem a se esboçar aumentos substanciais na capacidade produtiva daqueles dois setores, notam-se, principalmente, no ramo têxtil, alternâncias de fases

no aumento da capacidade produtiva e de aumentos da produção; e isto ocorria devido, especialmente, às oscilações da taxa de câmbio e aos efeitos do protecionismo ao café. Portanto, as oscilações da taxa de câmbio atreladas ao preço do café, de certa forma, induziram a diversificação de aplicações de capital dos importadores, principalmente dos de tecidos, objetivando minimizar perdas decorrentes daquelas oscilações¹⁵. A política protecionista ao setor cafeeiro, vale dizer, era comumente concentrada na adoção de desvalorizações cambiais, objetivando diluir os possíveis prejuízos advindos das oscilações, para baixo, do preço internacional do café.

Esse processo de substituição de importações, devido não ser diretamente induzido pela ação governamental, pode ser considerado um processo espontâneo, para distingui-lo daquele que vai acontecer a partir dos anos 1930, sobre o qual o Estado exerceu uma ação instrumental decisiva. Ou seja, essa primeira fase de implantação industrial surgiu como consequência direta de oportunidades de mercado, criadas com a expansão limitada da divisão social do trabalho, a qual, por sua vez, é credora em maior expressão da atividade cafeeira.

Mesmo que esse esforço de industrialização tenha assumido um caráter deveras importante no crescimento industrial posterior, não se pode, contudo, definir contornos com muita nitidez, pelo menos até o primeiro quartel do século XX, de uma classe empresarial autônoma; mas, sim, frequentemente, ligada à oligarquia agrária exportadora, como mencionado. Tal entrelaçamento reflete, na realidade, a reduzida autonomia do capital industrial e sua impossibilidade de se impor, hegemonicamente, naquele contexto, tanto econômica quanto politicamente.

No entanto, o crescimento significativo da indústria têxtil¹⁶ e, em escala mais modesta, a de produtos alimentares e outros bens essenciais, contribuiu, decididamente, para a formação de segmentos urbanos burgueses, industrial e comercial, e de classe média, bem como do proletariado. A “associação” dos dois primeiros com os segmentos militares

(principalmente do Exército) se encaminharia no sentido de romper com a inadequação do aparelho estatal, submetido aos interesses de reprodução do modelo primário-exportador¹⁷.

As aspirações de mudanças se apresentavam objetivando a promoção de maior diversificação econômica, bem como modernização da ordem institucional com a extinção dos privilégios patrimonial-clientelísticos vigentes e consolidados na República Velha. Ou seja, do avanço sistemático desses irreconciliáveis antagonismos internos, gestaram-se pressões e conflitos sociais, visando a promoção de reformas consistentes na estrutura econômica e política do país, culminando com a Revolução de 30.

Outro acontecimento importante, como já se afirmou antes, de natureza externa, antecedendo a Revolução de 30, que contribuiu afirmativamente para as mudanças estruturais subseqüentes, ao contrário do que poderia se esperar, foi a grande depressão que se instalou na economia mundial, a partir de 1929. A Grande Crise de 29, paradoxalmente, propiciou maiores possibilidades para diversificação da industrialização brasileira. Pois, graças à retração da economia mundial, ensejou-se a abertura de grandes oportunidades de investimentos, desde que fosse mantido o nível de procura interna. A crise do café ocorreu num período em que houve aumentos substanciais da sua produção, enquanto se retraíram as operações de créditos internacionais e, conseqüentemente, a sua procura. Devido à impossibilidade de manutenção de custos de estocagem, a crise se revelou, portanto, como uma crise de realização do sistema.

Diante disso, qual deveria ser a política adotada? Vale notar que mesmo sem deter hegemonia no pacto de poder estabelecido em 1930, a oligarquia cafeeira ainda permanecia recebendo benefícios governamentais, devido, fundamentalmente, à grande importância econômica que o café ainda mantinha na economia brasileira. Nas sucessivas crises do setor cafeeiro, ocorridas no primeiro quadriênio do século XX, é bom lembrar, as políticas sempre foram envidadas no sentido de proteger a renda gerada

nessa atividade. Novamente, como ressalta a análise de Celso Furtado¹⁸, a solução deveria ser encaminhada no mesmo sentido.

Neste ponto, vale a pena discorrer, brevemente, sobre o mecanismo de transferências de custos, embutidas nas políticas protecionistas adotadas. De acordo com Furtado, enquanto o preço do café caía de maneira drástica (cerca de 60%), paralelamente entrava em colapso o sistema de conversibilidade da moeda, que acarretava uma desvalorização externa da mesma. Este fato, de certa forma, trouxe um alívio para a economia, dado que essa baixa nos preços possibilitou um aumento no quantum físico das exportações de café em cerca de 25%.

Mas, esse aumento substancial das exportações do produto não foi suficiente para absorver toda a produção e, portanto, dada a alta da taxa de câmbio, o ônus das perdas poderia, no seu grosso, ser transferido para a coletividade, através do aumento dos preços dos produtos importados. Observe-se que mesmo baixando o preço, a produção continuaria a ser desenvolvida, dada a inelasticidade da oferta no curto prazo, impondo conseqüências negativas para a economia. Com o intuito de atenuar a queda do preço do café, a solução encontrada foi limitar a oferta, através da destruição de parte da produção, garantida a compra pelo governo. Com isto, como afirma Furtado, asseguravam-se “os preços mínimos de compra remuneradores para a maioria dos produtores” e, assim, “estava-se na realidade mantendo-se o nível de emprego na economia exportadora e, indiretamente, dos setores produtores ligados ao mercado interno”. Na verdade, essa política econômica, embora possa parecer inconveniente, pois estava unicamente voltada para a proteção do setor cafeeiro, influenciou diretamente o processo de industrialização verificado após 1933.

Em resumo, tem-se que: se com a destruição dos excedentes do café, mantinha-se o nível da procura agregada interna, a desvalorização da moeda brasileira, relacionada diretamente com a crise do café, fazia com que os preços dos produtos importados subissem, e isso chegou a acontecer em mais de

50%, enquanto que os preços internos caíam em cerca de 7%. Tal circunstância implicou a abertura de grandes oportunidades de investimentos internos, expandindo a capacidade produtiva.

A partir de 1931, quando no governo ensaiava-se certa participação da classe empresarial emergente, as políticas traçadas foram direcionadas para intensificar o mercado interno, através de uma aceleração do processo de substituição de importações, como já foi ressaltado, com a adoção de duas medidas importantes: sustentação dos preços dos produtos primários e elevação dos preços dos produtos importados¹⁹. Este fato, de certa forma, estimulou um processo inflacionário alimentado também pelo caráter monopolista de certas indústrias, como afirma Singer²⁰, por conta da pouca diversificação industrial, que facilitava a imposição de maiores preços. Não se deve deixar de ressaltar que associadas a isso ocorreram sensíveis transferências de renda do setor primário para o industrial, propiciando certa alavancagem da taxa de acumulação através de reinversão de lucros²¹.

Confirmando, ainda mais, as intenções industrializantes do Governo Vargas, também decorrentes das pressões sociais em curso, este baixou um decreto, em março de 1931, proibindo a importação de maquinaria para aqueles ramos de indústrias que estivessem operando em superprodução. Em fins do mesmo ano, o governo estabeleceu o controle direto das operações cambiais, o que teve novos efeitos depressivos sobre as importações. Embora essas medidas protegessem a indústria têxtil, já com razoável capacidade produtiva instalada, duas implicações significativas têm sido ressaltadas na literatura especializada:

- a) Permitiram a diversificação de aplicação de capital em novos ramos industriais, notadamente em bens de consumo essencial, os quais embora iniciassem, em geral, com pequenos capitais, os altos lucros reinvestidos possibilitavam rápida expansão, dado o caráter oligopólico da estrutura inicial de mercado.
- b) Do ponto de vista inter-regional, porém, há

análises indicando um aprofundamento sensível das desigualdades regionais, especialmente entre Centro-Sul e Nordeste. Isto porque as alternativas de inversão por parte do Nordeste, que à época mantinha um bom nível de divisas geradas pelas exportações, eram restringidas, pois não se podiam aplicar aqueles excedentes em indústrias tradicionais de bens de consumo e têxtil, e, assim, os mesmos eram canalizados para a região Centro-Sul²².

Esta última tese tem sido contestada, principalmente, por aqueles que acreditam ser este um falso problema, na perspectiva da acumulação de capital, no plano nacional. A não expansão industrial do Nordeste, no período em foco, *pari passu* à expansão no Sudeste se explica por outros tipos de constrangimentos, que não esse decorrente do comércio triangular, como quer o GTDN.

Como tive oportunidade de discutir noutro contexto, essa expansão estava limitada por um conjunto de constrangimentos internos, de natureza estrutural, que diz respeito, essencialmente²³:

- a) à estrutura de uso e posse da terra, expressando uma alta concentração e improdutividade das maiores propriedades;
- b) à péssima distribuição de renda pessoal e funcional, associada a grandes contingentes de miseráveis;
- c) a relações sociais de produção não aprofundadas no sentido capitalista;
- d) à estrutura de poder constitucional conservadora, de dominação patrimonial e de relações clientelistas.

É redundante afirmar que todos esses fatores interagindo entre si, e entre os fatores restritivos, no plano nacional, decorrentes da articulação produtiva já em curso no país, condicionaram uma dinâmica regional periférica incipiente, ao mesmo tempo em que engendraram formas de subordinação regional com tendências a agravamentos posteriores.

Retomando a temática mais geral, em síntese, pode-se afirmar o seguinte: a Revolução de 30 mo-

dificou sensivelmente o quadro político institucional brasileiro, num ambiente de formação ou consolidação de novas classes e segmentos de classes sociais e o conseqüente isolamento da oligarquia rural conservadora do centro do poder decisório central. Esta última foi, em parte, deslocada por uma classe média emergente a qual, associada ao empresariado industrial em expansão, desenvolveu uma mentalidade voltada para adoção de políticas favoráveis à expansão industrial, francamente favorecida pelas condições recessivas da economia internacional.

O processo de substituição de importações se intensificou no período 1932-40, particularmente, nas indústrias de bens de consumo essencial e têxtil; paralelamente, dada a concentração espacial da produção nacional e o caráter oligopólico da estrutura industrial, em implantação, criaram-se as condições para a geração de um processo inflacionário e outros desequilíbrios estruturais que viriam recrudescer mais adiante.

Em síntese, pode-se considerar que é nesse período que se iniciam o processo de diversificação da industrialização brasileira e uma redivisão inter-regional e intersetorial do trabalho, que definirá o padrão de acumulação de capital, com base numa economia urbano-industrial se fazendo, sobretudo, sob a égide de transformações de caráter político-social intensas. Nas palavras de Oliveira:

A Revolução de 1930 marca o fim de um ciclo e o início de outro na economia brasileira: o fim da hegemonia agrário-exportadora e o início da predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial²⁴.

Nessas condições, foi de crucial importância a expansão de segmentos de classes proletárias e médias, conformando um processo de urbanização diferenciado do ocorrido até fins dos anos 20, o qual estava fundamentalmente condicionado pelas atividades terciárias, ligadas ao setor agro-exportador e, apenas embrionariamente, ao setor industrial.

A nova configuração histórica e econômica promove, na sua dinâmica, mudanças qualitativas e quantitativas na sociedade civil, particularmente, no que se refere às aspirações políticas, melhor desenhadas em interesses de classes²⁵, mesmo que com predominância corporativa, e ainda em formação²⁶. O cerceamento dessa nova esfera pública, em gestação, ocorreu precisamente com a instalação da divadura do Estado Novo, em 1937.

Não é desarrazoado concluir que a permanência do domínio patrimonialista tradicional e as respectivas relações políticas clientelistas nos estados e municípios, correlacionadas diretamente com os respectivos estágios de industrialização, decorrem, fortemente, dessa concentração de poder no plano federal. Isto encontra justificativa no fato de que a nova dependência das unidades federativas, de acordo com pacto de poder vigente, lhes era favorável. Pois, nesse contexto, as elites locais poucos esforços teriam que despender, na busca de recursos próprios para encetar políticas públicas, até mesmo porque as suas intermediações políticas, fundadas no referido clientelismo, requeriam recursos de reduzidas montas.

À medida que ocorressem processos de desenvolvimentos locais, a tendência seria a superação gradativa daquelas relações tradicionais e, desse modo, as manifestações das elites dominantes regionais, em prol do bem-estar das populações sob os seus domínios, não passavam, na verdade, de retórica que escondia as intenções de apropriação privada dos recursos públicos obtidos.

Admitindo-se a classificação tipológica de Bottomore²⁷, pode-se dizer que as elites formadas por líderes nacionalistas - civis e militares - e certos segmentos de classes médias, principalmente, intelectuais orgânicos, iniciavam uma ascensão aos centros de decisões do poder, agora se reestruturando, centralizadamente, na instância federal, ao mesmo tempo em que isolava relativamente a influência anterior das elites formadas pelas oligarquias rurais, sem, contudo, destruí-las. Estas últimas, confinadas ao exercício do poder local, davam continuidade às suas respectivas práticas de poder patrimonial e exercício político clientelístico.

A figuração política daí decorrente, que inapelavelmente expressa uma *continuidade na mudança*, é o determinante político que compreendemos como de maior significado para explicar as intensas desigualdades inter-regionais de desenvolvimento no Brasil e, do mesmo modo, os respectivos perfis sócio-econômicos intra-regionais. Pois, na medida em que se rompiam as fronteiras econômicas regionais, com o processo de industrialização em curso, resguardavam-se os poderes locais, sob o mando das elites tradicionais - predominantemente oligárquico-rurais e comercial-exportadoras. Desse modo, mantinham-se as específicas estruturas de governos engessadas em gestões patrimoniais, relativamente distanciadas de políticas reguladoras e de fomento da expansão capitalista que, então, terminava por circunscrever-se mais ativamente na região Sudeste do país. Ou seja, ao mesmo tempo em que se encaminhava uma ruptura das fronteiras econômicas regionais, orientada pela expansão capitalista, centralizada numa determinada região do país, mantinham-se as fronteiras políticas regionais "fechadas". Configura-se, assim, uma aparente contradição entre os movimentos dinâmicos dos mercados políticos, circunscritos regionalmente, e os mercados econômicos em processo de integração nacional, mesmo que de modo hierarquizado. Este movimento desigual e combinado, alinhavado pela ação política do Estado, em nível federal, que, entretanto, se auto-organizava numa perspectiva racional-instrumental, constitui-se num dos principais fundamentos internos do *desenvolvimento do subdesenvolvimento brasileiro*, usando a feliz expressão de André Gunder Frank referindo-se à América Latina²⁸.

3. CRESCIMENTO EXCLUDENTE E INSTABILIDADE INSTITUCIONAL NO PÓS-GUERRA

A segunda grande guerra mundial trouxe como consequência uma desaceleração do crescimento da economia brasileira. Isto se deveu, em grande medida, à dependência externa do País, no tocante à necessidade de bens de capital, cuja produção interna ainda era muito incipiente. Observe-se

que os países industrializados, envolvidos no esforço de guerra, reduziram sensivelmente as suas exportações, tanto de bens de consumo como de capital²⁹.

Mesmo assim, as exportações brasileiras aumentaram substancialmente, não somente de café, cujos preços entre 1939 e 1945 quase que duplicaram; mas, também, de produtos minerais e manufaturados, notadamente, da indústria têxtil. O aumento da produção interna ocorreu utilizando-se a capacidade instalada em ritmo superior ao do período 1933-39. Neste intervalo, se constatou um expressivo crescimento da produção têxtil. Paralelamente ao aumento das exportações, verificaram-se acúmulos de grandes saldos na balança comercial, inclusive, devido às dificuldades para importar. Esses saldos, por sua vez, tendiam a pressionar, para baixo, a taxa de câmbio, provocando valorização da moeda nacional, podendo comprometer as exportações. Diante disso, o governo fixou a taxa de câmbio, no sentido de proteger o setor cafeeiro, objetivando manter a sua renda em moeda nacional. Nesta conjuntura, aliam-se aos interesses dos fazendeiros os dos industriais ligados ao mercado interno. Pois, dadas as restrições de importações, mantendo-se a renda do setor cafeeiro, mantinha-se a procura dos produtos internos. Ou seja, transpareciam agora, ao contrário das situações anteriores de proteção ao café, interesses convergentes, explícitos, da burguesia urbano-industrial e da oligarquia cafeeira no protecionismo adotado.

Ressalte-se que a economia já se encontrava numa inflação aberta, como citado anteriormente, particularmente devido o mercado interno passar a ser abastecido através da produção interna, realizada sob condições de alto grau de monopólio e de restrições de oferta. Essa expansão inflacionária veio a ser agravada pelas grandes emissões monetárias do governo, na compra de cambiais de exportação determinadas pelos grandes saldos na balança comercial.

No decênio seguinte à guerra, os grandes saldos em cambiais estrangeiras, aliados a uma relativa concentração espacial e setorial da acumulação interna de capital, favoreceram, sobremaneira, o

crescimento econômico. Muito embora esses saldos tenham sido, em parte, desperdiçados na importação em larga escala de bens de consumo supérfluos, permitiram, n'alguma medida, o reequipamento da indústria nacional. Observou-se, então, um crescimento real do produto interno, de 7,3% ao ano, no período 1946-50, contra 4,9% ao ano, no período 1940-1945³⁰.

Por essa época, ademais, foram efetivados grandes investimentos do governo em infra-estrutura e indústrias de base, como a construção da Usina de Volta Redonda, em 1944; a fundação da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF) e investimentos na Amazônia, com a promoção da Campanha da Borracha. Esses investimentos, que foram feitos à base de emissões monetárias, devem ter alimentado o processo inflacionário já crescente, o qual foi ainda mais agravado pelo espiral inflacionário, preços-salários, entre 1945 e 1947. Igualmente, considerando-se certa liberalização do regime político, o avanço no exercício do poder de barganha dos sindicatos operários, dirigidos pelos comunistas, deve haver contribuído para a remarcação de preços, na presença de alguns ganhos salariais. Não devem ser esquecidas, neste sentido, as posições privilegiadas em termos de grau de monopólio da indústria instalada no país.

Neste ponto, é importante recordar que, com o término da guerra, as idéias de democracia passaram a prevalecer no mundo capitalista vitorioso, especialmente motivado pela derrota do nazi-facismo e pela necessidade de contraponto à ex-URSS³¹ e seus novos aliados. O Brasil, nesse contexto, tendo participado da guerra como aliado contra o Eixo, na percepção dos militares e setores da burguesia nacional, bem como de segmentos liberais progressistas, não poderia continuar sob as condições de um regime ditatorial. Surgem, assim, desde o ano de 1943, apesar da censura ditatorial, mobilizações políticas levadas a cabo através de grupos de elites, civis e militares, para a derrubada de Getúlio Vargas. Esses movimentos recrudesceram desde os começos de 1945, principalmente, com o término da guerra na Europa, em maio desse ano³².

Vargas, diante das pressões militares e dos segmentos sociais referidos, com forte influência das lideranças da UDN, procurou se aproximar de setores populares, inclusive do Partido Comunista, legalizado a partir de abril, sob a direção de Luís Carlos Prestes, na tentativa de permanecer no poder até promulgar uma nova constituição. Este movimento de apoio a Vargas, denominado Queremismo, iniciado em maio de 1945, não foi, porém, suficiente para sustentá-lo no poder e a cúpula militar, chefiada pelo general Góis Monteiro, o depôs em outubro de 1945.

Como candidato da UDN, foi apresentado o brigadeiro Eduardo Gomes, considerado o herói do movimento tenentista, e do PSD, o general Eurico Gaspar Dutra, Ministro da Guerra durante a ditadura, o qual ganhou a eleição com 55% dos votos. Vê-se, mais uma vez, a influência do estamento militar na composição das elites políticas brasileiras, mesmo num momento histórico de busca de redemocratização que se contrapunha a um bloco histórico com forte participação de militares.

O PCB lançou como candidato o engenheiro Iedo Fiúza, tendo obtido a expressiva votação de 10% do total de votos, enquanto Eduardo Gomes obteve 35%. No geral, contudo, inclusive para a Assembléia Constituinte, o grande vencedor das eleições foi o PSD, comandado por Getúlio Vargas, aliado com o PTB³³. Com a derrubada do governo, a ascensão do governo constitucional, liderado pelo general Eurico Gaspar Dutra, se realizou em condições sensivelmente distintas, com ampla participação política de massas.

A partir de 1948, no entanto, esse surto democrático inicial foi detido com políticas repressivas às atividades sindicais, novamente sob o argumento de avanço do comunismo, agora, sob o manto da Guerra Fria em seu início.

Na economia, o Governo Dutra conteve o processo inflacionário sem, no entanto, haver recessão econômica³⁴. Muito ao contrário, o produto interno real cresceu a uma taxa média de 6,3% ao ano, e a indústria, de 9,8%, entre 1947-1951; de

acordo com Singer³⁵, este seria o “(...) ensaio geral do ‘milagre brasileiro’, encenado 20 anos depois”. Em síntese, no decênio do pós-guerra, ocorreu uma expressiva expansão industrial com a consolidação de indústrias leves de consumo, assim como, o início da instalação de indústrias de bens de consumo mais complexas, como a de eletrodomésticos e, do mesmo modo, certo impulso nas indústrias de base e de bens de capital.

O controle de câmbio de exportação e importação, implantado pela SUMOC³⁶, criada em 1945, por um lado, ergueu uma barreira cambial, reforçando a reserva de mercado para a indústria nacional, sustentando suas posições oligopolistas e, por outro, contribuía, subsidiando amplamente a acumulação do capital industrial, transferindo, para as empresas industriais, parte do excedente produzido no setor de mercado externo³⁷. Esta política, conhecida na literatura como *confisco cambial*, beneficiou substancialmente o setor moderno da economia, em detrimento do setor tradicional, principalmente os exportadores de café.

A nova eleição para a presidência, em 03 de outubro de 1950, foi muito pouco ou nada influenciada pelo desempenho econômico satisfatório, durante o Governo Dutra, pois Getúlio Vargas, pela coligação PTB-PSP, chegou a se eleger com larga maioria – 48,7% dos votos – enquanto o segundo colocado, Eduardo Gomes (UDN), atingiu apenas 29,6%.

No primeiro ano, entretanto, o Governo Vargas teve de enfrentar outra eclosão inflacionária. Novamente, a economia volta a se ressentir da insuficiência de infra-estrutura produtiva básica, cuja capacidade instalada não acompanhara o ritmo de crescimento interno, principalmente do setor industrial. Do mesmo modo, a produção de bens de capital, ainda incipiente, provocava pontos de estrangulamento no sistema produtivo. O segundo Governo Vargas se deparava, então, com a necessidade de desenvolver um programa de substituição de importações, de conformações diferentes do primeiro, qual seja: a substituição das importações de

bens intermediários e de capital. A criação da PETROBRÁS, em 1953, foi de importância fundamental para impulsionar o setor de petroquímica, por se colocar como uma indústria estruturante, inclusive, tendo-se em conta o domínio internacional de um oligopólio concentrado de empresas americanas e européias.

Por outro lado, o caráter fundamentalmente populista do segundo Governo Vargas promovia políticas de cunho distributivo, que pressionavam ainda mais a espiral inflacionária, quando combinada à política de aumento dos investimentos³⁸.

O Estado, por seu turno, assumia com maior vigor a posição de investidor em infra-estrutura, e o primeiro e fundamental passo, nesse período, foi a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), em 1952, como banco de desenvolvimento e de investimento, preenchendo, de certo modo, uma lacuna importante, necessária à alavancagem da acumulação de capital, devida à inexistência de um sistema financeiro organizado³⁹. Timidamente, inicia-se uma mudança de visão da questão das desigualdades regionais, sendo criado o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), em 1952, embora o problema da região fosse, ainda, visto como atrelado aos efeitos calamitosos das secas⁴⁰.

Sem dúvida, essas políticas não eram pacíficas e o jogo populista se equilibrava num fio de navalha. Ou seja, a tentativa de conciliar antagonismos de classes, através do Estado corporativo, ocorria ao mesmo tempo em que o enfrentamento da necessidade de expandir a taxa de acumulação de capital requeria custos que teriam de ser repassados a segmentos definidos de classe. Nestes termos, deparava-se com um impasse técnico e político de expressão. A saída encontrada foi tentar forçar a captação de poupanças dos segmentos mais abastados, com o adicional de 15% no imposto de renda, concomitante a uma política distributiva de renda, de caráter populista. O resultado desse conjunto de ações foi a elevação do patamar de demanda interna, decorrente dos efeitos de aumento do consumo e dos gastos governamentais. Como decorrência, recrudescu

uma nova onda inflacionária, devido à relativa inelasticidade da oferta de bens essenciais, primários e industriais, a curto e médio prazos.

Essa retomada inflacionária foi adicionada ao já existente conjunto de pressões políticas que vinha sendo desenvolvido pela UDN, partido antigelutalista e conservador, representante das oligarquias rurais e de liberais de classes médias e altas urbanas. A exacerbação inflacionária, por seu turno, jogava segmentos das classes trabalhadoras urbanas, principalmente do Sudeste, contra o governo, na medida em que seus salários eram corroídos. Assim, a estratégia populista encontrava o seu limite precisamente na estreiteza da estrutura produtiva, que o próprio Estado procurava expandir de forma acelerada e em interesses políticos contrariados, das elites conservadoras representadas na UDN.

Nessa conjuntura, pode-se afirmar que a estratégia getulista caminhava no sentido de tentar combinar, num mesmo processo, ações populistas e racionais instrumentais, sob a égide de uma ideologia desenvolvimentista, em que se evidencia o alargamento das funções econômicas do Estado e uma postura nacionalista extremada, com o fito de garantir apoio dos segmentos militar, médios e industriais urbanos. Ou seja, agora sob condições sócio-econômicas e políticas relativamente distintas daquelas dos anos 1930, mas decorrente das modificações ali iniciadas, novamente o frágil equilíbrio plural-elitista estava posto em xeque e, com ele, as pretensões de construção democrática, iniciadas com o fim da guerra.

A crise política, fundada na oposição de elites civis e militares, avançou inexoravelmente, culminando com o suicídio de Vargas, em agosto de 1954⁴¹. Cabe ressaltar que as posições nacionalistas que ganharam corpo nesse período influíram, decisivamente, para a retração na entrada de capitais estrangeiros no País. Esse fato, porém, não impediu que se expandissem os investimentos internos, especialmente, os de origem estatal.

O período da interinidade do governo (1954-55), exercido pelo vice-presidente Café Filho, se ca-

racterizou pela instabilidade política, principalmente, no período eleitoral de 1955, e pela crise econômico-financeira, herdada do Governo Vargas. Esta última, de acordo com a visão ortodoxa corrente, tinha na inflação e na crise do balanço de pagamentos os seus dois problemas principais cujas soluções foram tentadas, sem maior sucesso, num programa de estabilização adotado por Vargas. O período de interinidade pode ser considerado medíocre, do ponto de vista da economia, visto que a maior parte dos esforços praticamente se dirigiu para a aplicação de um conjunto de medidas restritivas de corte monetário (ortodoxo), visando à estabilização econômica, mesmo que a aplicação das políticas tenha sofrido alguns reveses devido à própria fraqueza do Governo Provisório⁴².

Um fato, sem dúvida importante, nesse último período, foi a decretação da Instrução 113 da SUMOC, que beneficiava o capital estrangeiro pela permissão dada ao mesmo para importar máquinas e equipamentos industriais, segundo prioridades estabelecidas pelo governo. Ou seja, furava-se o bloqueio nacionalista através de um mecanismo institucional, de importância decisiva na etapa desenvolvimentista posterior, pela redefinição das relações com o capital internacional, possibilitando a entrada, em massa, de empresas multinacionais.

O período 1956-1961, que corresponde ao governo de Juscelino Kubitschek, é marcante na consolidação do padrão do desenvolvimento brasileiro. Nessa conjuntura histórica, foi redefinido o processo de substituição de importações na sua segunda fase, centrada na produção de bens duráveis. Por conta disso, emerge um novo tipo de inserção do país na divisão internacional do trabalho, ao mesmo tempo em que, internamente, redefinem-se as relações entre a burguesia nacional, o Estado e a burguesia internacional. Verificar-se-á, agora, a implantação de setores industriais tecnologicamente avançados, como os ramos de material de transporte (automobilístico, autopeças e correlatos), eletroeletrônica e mecânica, os quais serão responsáveis pelo impulso dinâmico observado posteriormente, principalmente, a partir,

de 1967, no período de crescimento acelerado, já sob o regime militar.

A análise desse processo de industrialização não pode estar desligada do processo de expansão da economia mundial, com respeito às formas de competitividade enfrentadas pelos países desenvolvidos, nesse período. Explicando melhor, há fatos que devem ser levados em conta, no tocante à expansão econômica dos EUA, no pós-guerra. Por um lado, o período após a 2ª guerra mundial assistiu a emergência dos EUA como potência neo-imperialista, altamente diversificada economicamente e desenvolvida tecnologicamente. Por outro, no imediato pós-guerra, as economias européias e japonesas estavam arrasadas e dependeram dos EUA para as suas recuperações. Ademais, instituições internacionais, oportunamente criadas (Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial), passaram a atuar como instrumentos fundamentais na consolidação da hegemonia americana. A estrutura produtiva americana, nessas condições, capacitou-se a gerar excedentes econômicos cada vez maiores, pondo em risco o seu próprio processo de acumulação⁴³ e a saída encontrada foi a exportação de capitais de risco, com o objetivo de realização externa, no contexto da nova ordem econômica internacional.

O plano de reconstrução européia e japonesa, de iniciativa americana (Plano Marshall), procurava atender a dois objetivos fundamentais: primeiro, fazer frente às expectativas de expansão soviética na Europa, inserindo-se no contexto do que veio a ser conhecido como “guerra fria” ou conflito leste-oeste; segundo, permitiu um escoamento inicial de excedente econômico, ao mesmo tempo em que redinamizava o comércio internacional, consolidando o dólar como a moeda forte e de referência do sistema financeiro internacional. Contudo, na medida em que as economias européia e japonesa foram se reerguendo, a concorrência intercapitalista foi se tornando paulatinamente mais acirrada e, portanto, para cada economia em particular os riscos e as incertezas de realização se tornavam maiores. Nessas circunstâncias, o simples escoamento de excedentes já não atenuava as possibilidades de crise, como na

situação inicial de reconstrução. Ao contrário, essas possibilidades estariam, desde então, condicionadas ao fechamento dos mercados externos, como decorrência da competitividade internacional em expansão⁴⁴.

A velha ordem econômica internacional do pré-guerra, mais calcada nas trocas internacionais de mercadorias, começava a ceder lugar a uma nova ordem em que as empresas multinacionais se expandiam, de forma acelerada, com o fito de assegurar mercados cativos estratégicos, descentralizados espacialmente. Desse modo, surgiram as possibilidades de industrialização pesada, da periferia, condicionadas às decisões externas, no que diz respeito à difusão e apropriação tecnológica e à definição dos ramos de produção. A importância política dessa nova configuração imperialista se caracteriza, particularmente, pelo fato de que os interesses das empresas multinacionais não necessariamente são compatibilizados com os dos Estados-nações. E, neste sentido, reside aí um dos aspectos fundamentais de perda relativa de suas soberanias, no contexto internacional, ao mesmo tempo em que as empresas instaladas nem sempre têm o perfil econômico necessário às economias locais.

O governo Kubitschek, instalado em 1956, após várias tentativas de seu impedimento, apresentava um projeto industrializante que se integrava, de certo modo, à estrutura da nova ordem internacional. O novo governo retornou à concepção desenvolvimentista de Vargas, porém, com algumas diferenças significativas. Em primeiro lugar, apresentando um plano de desenvolvimento global com objetivos racionalmente definidos, contendo um plano de industrialização, o primeiro no Brasil, como afirma Suzigan⁴⁵.

Em segundo lugar, ao contrário do governo Vargas, o desenvolvimentismo de Kubitschek contava com o capital internacional (de empréstimo e de risco), de modo amplo, para alavancar a economia. A mencionada Instrução 113, da SUMOC, combinada com uma tarifa aduaneira protecionista foram os instrumentos principais de incentivo à entrada de capitais estrangeiros.

O plano de desenvolvimento global, denominado *Programa de Metas*, encerrava uma perspectiva de crescimento econômico acelerado⁴⁶, baseando-se na premissa de que a eliminação dos pontos de estrangulamento que asfixiavam a economia só poderia ser conseguida dotando-se os setores estratégicos de níveis mínimos de produção, necessários à satisfação do consumo interno. O Programa constituiu-se de 31 metas, distribuídas em seis grandes grupos, quais sejam: energia, transporte, alimentação, indústrias básicas, educação e, ainda, como meta especial a construção de Brasília. Consta-se que o *Programa de Metas* atingiu, em grande medida, os seus objetivos na sua proposta de estabelecer um crescimento acelerado, embora, tenha se assistido, à época, a uma grande pressão inflacionária decorrente, essencialmente, do progressivo déficit da União, o qual vinha sendo financiado pela simples emissão monetária. Portanto, ao se afirmar que esse período consolida o padrão de crescimento industrial brasileiro, isto é verdadeiro, na medida em que o surto de crescimento e diversificação industrial efetivado no período, de certo modo, concorreu para uma desmistificação do posicionamento ideológico, difundido pelo velho imperialismo, da impossibilidade de industrialização da periferia, inclusive a brasileira, dado o caráter da sua “vocalização agrícola”.

Por outro lado, nesse período, assistiu-se à emergência das organizações camponesas no Nordeste, que começavam a ganhar corpo como grupos de pressões consistentes, ainda mais que os efeitos desastrosos da grande seca de 1958 induziram o governo federal a repensar a questão do Nordeste. Nesse sentido, o GTDN⁴⁷, sob a chefia de Celso Furtado, elaborou um plano de desenvolvimento integrado para a região que englobava propostas de políticas:

a) Agrárias, indicando a necessidade de uma reforma técnica, dotando a região semi-árida de resistência às secas, ao mesmo tempo em que propiciasse o aumento da produção de alimentos, por utilização mais eficiente das terras úmidas. E, ainda, incluía uma proposta de expansão da fronteira agrícola para as áreas úmidas do sul da

Bahia e interconexão com a Amazônia através do Maranhão, inclusive, com traslado de populações consideradas excedentes na região semi-árida, transformada tecnicamente;

- b) Industriais, com a aplicação de políticas de incentivo à estruturação de um parque industrial na região que fizesse concorrência à estrutura já instalada no centro-sul. Nesta estratégia, seria também importante o aproveitamento do menor custo da força de trabalho no nordeste, relativamente ao centro-sul, como uma vantagem comparativa relevante;
- c) De mudanças institucionais, que viabilizassem o plano de desenvolvimento proposto, das quais resultou a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e em todo o sistema de incentivos fiscais e financeiros que conferiu à SUDENE a possibilidade de obtenção de recursos financeiros para alavancar os investimentos industriais na região⁴⁸.

Vale ressaltar que o projeto da SUDENE praticamente reduziu-se ao incentivo à industrialização, sem que as outras proposições tenham tido maiores possibilidades de efetivação, notadamente, aquelas referentes à questão agrária. Esta limitação, não há dúvidas, se deve, sobretudo, às reações políticas regionais por parte da classe dominante local.

Como assinalado antes, no financiamento do Programa de Metas, por um lado, o governo recorreu à emissão primária de moeda, para fazer cobertura do débito da União com o sistema bancário e a manutenção de fundo de bonificações aos produtores de café⁴⁹. Esse processo engendrou pressões inflacionárias que recrudesceram, nos inícios dos anos 60, resultando em recordes de variações de preços vigentes até então no país. Por outro lado, o financiamento do Programa foi feito, também, através de empréstimos externos e de entrada de capital de risco. Nas circunstâncias de respostas não adequadas das exportações, resultaram desequilíbrios importantes no balanço de pagamentos que requeriam refinanciamentos de curto prazo. Porém, os credores

estrangeiros, principalmente dos EUA, exigiam uma política interna de estabilização, fiscalizada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), como de praxe, em moldes ortodoxos, recessionistas. A aceitação do ordenamento econômico ditado pelo FMI implicou o surgimento de pressões políticas internas, por parte de segmentos nacionalistas: primeiro, por considerar a articulação com o FMI mais uma entrega ao capital internacional; e, segundo, por um plano de estabilização de corte ortodoxo ser considerado a antítese do Programa de Metas. Essa circunstância conduziu o Presidente Kubistschek a romper com o FMI, em junho de 1959.

A referida atitude política do governo, de certo modo, legitimou a continuidade do seu programa econômico de expansão acelerada e descia uma cortina de fumaça na questão do capital internacional, *vis-a-vis* as pressões dos segmentos sociais nacionalistas, que propugnavam o exercício de uma efetiva política de soberania nacional. Na realidade, o governo procurava exibir uma postura que dava a impressão de que o país teria condições de coibir qualquer exagero por parte dos interesses internacionais do capital.

Dentre as transformações de natureza sócio-econômica em curso, era da maior importância o princípio de mudança das relações entre o Estado, a burguesia nacional e a burguesia internacional. A mudança, em princípio, dizia respeito ao papel secundário que a burguesia nacional passou a assumir nessa articulação; por um lado, cedendo espaço político para o Estado cuja estrutura autoritário-centralizadora se consolidou pós-64, com o golpe militar; por outro, em geral, sendo deslocada para os setores produtivos menos dinâmicos, ou, tendo que se associar ao capital multinacional, para poder participar dos segmentos de maior empuxo econômico e mais avançados tecnologicamente.

Se o crescimento industrial até então observado possibilitava a afirmação de hegemonia relativa do segmento burguês nacional, a entrada em cena do capital produtivo internacional, em setores econômicos dinâmicos, e a intervenção planejadora

efetiva e empresarial ampliada do Estado diluíram tal processo. Gesta-se, assim, um vazio político que, mais uma vez, passou a ser ocupado pelo Estado; só que, dessa vez, com um maior nível de organização burocrática e alteração de concepção tecnocrática.

•Mesmo diante dessas transformações profundas, a estrutura socioeconômica no Brasil apresentava-se, no final da década dos 50, marcada por extremas desigualdades. Neste sentido, constata-se que na distribuição de renda pessoal, em 1960, a metade mais pobre da população remunerada detinha apenas 17,2% da renda total, enquanto os 5% mais ricos detinham nada menos que 27,4%⁵⁰. Expressasse, assim, uma desigualdade de renda média entre os referidos estratos sociais de cerca de 16 vezes. A expectativa de vida ao nascer, em 1960, era estimada em 51,7 anos⁵¹, enquanto a média dos países industrializados era de 69 anos.

A esse quadro, acrescenta-se o fato de que as diferenças inter-regionais se tornaram bem mais acentuadas, na medida em que o processo de industrialização, ao ocorrer de forma espacialmente concentrada na região Centro-Sul, concorreu para deprimir, relativamente, as estruturas produtivas fora daquele contexto. Na realidade, as regiões periféricas como o Norte e Nordeste exerciam o papel de fornecedoras líquidas de força de trabalho para a região mais dinâmica, contribuindo, decisivamente, para a manutenção, e mesmo o agravamento, das desigualdades sociais, agora, com um caráter de expansão urbana⁵².

Esse avanço econômico urbano-industrial, efetivado através de um processo concentrador de renda, engendrou um ambiente propício para manifestações políticas de massa, tanto urbanas quanto rurais, cujas representações caminhavam no sentido de expressivas radicalizações, até então inusitadas no país.

Ao esgotamento do processo de crescimento acelerado, já nos inícios dos anos sessenta, se somará uma séria crise política, provocada pela renúncia do Presidente Jânio Quadros, em agosto de 1961, sete meses após haver sido empossado, substituindo

do JK. O Governo Goulart⁵³, empossado sob condições críticas, contra a vontade de segmentos de elites militares e civis de direita, pautou-se fundamentalmente por incentivar as manifestações de massas em torno das denominadas *reformas de base*, com ênfase na reforma agrária. Assistiu-se nesse período a uma efervescência política nunca antes observada no país, inclusive, referendada pelo governo federal, nos setores rural e urbano. É notável, nessa conjuntura histórica, a busca de consolidação de uma esfera pública com ampla participação popular.

Uma questão a ser realçada é a que diz respeito a uma relativa fragilidade dessa participação política e social. É necessário ressalvamos, inicialmente, que vinham ocorrendo processos organizativos crescentes através de: sindicatos urbanos; sindicatos rurais e, nestes, as famosas ligas camponesas⁵⁴; crescimento dos partidos de esquerda e centro-esquerda como o comunista (PCB)⁵⁵, o socialista (PSB) e o trabalhista (PTB); fundação de organizações mais amplas de trabalhadores, como a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) e o Pacto de Unidade e Ação (PUA) e a revitalização e expansão da União Nacional dos Estudantes (UNE).

Porém, era a construção de uma cultura e representação políticas que sofria duas limitações fundamentais. Primeiro, não se deve olvidar a curta temporalidade histórica do processo cambiante de reestruturação política, com vistas à reconstrução democrática, num ambiente econômico que se modificava velozmente, transmutando-se para uma feição urbano-industrial, com forte participação do Estado. Segundo, a mudança referida realizava-se de forma espacialmente concentrada e, ao mesmo tempo, excludente socialmente, conformando vastos segmentos de populações marginais, mesmo nos centros dinâmicos da reprodução capitalista. E, nesse contexto, permaneciam num imobilismo relativo vastas regiões do país, principalmente o Norte e o Nordeste, consagrando as tradicionais políticas patrimonial-clientelísticas.

Numa perspectiva dinâmica, evidenciava-se, naquela conjuntura histórica, por um lado, a exis-

tência de um processo de equilíbrio instável de uma democracia formal, de caráter plural-elitista, cuja pretensão de legitimação se realizava através do apoio às demandas reformistas, providas dos movimentos de massa. Isto, ao mesmo tempo em que se deparava com sérias reações de segmentos de elites, militares e civis, inclusive participantes do pacto de poder vigente. Por outro, o processo de reconstrução de uma esfera pública participante, fundamentalmente heterogênea, se desenrolava no ambiente de um país com grandes desigualdades regionais de desenvolvimento e de avanço político, além das gritantes desigualdades sócio-econômicas. Mesmo em situação tão adversa, verificava-se que a sociedade, nos seus segmentos mais modernos e organizados, pulsava politicamente numa paixão inebriante⁵⁶. O movimento popular, no entanto, foi abortado pelo golpe militar de 31 de março de 1964. Era a tragédia política brasileira se repetindo, agora, com maior sofisticação tecnocrática, mas não menos virulenta nos seus porões; ao contrário, e sob o mesmo argumento da necessidade de barrar o avanço comunista. Aliás, veja-se esse fato decisivo como resultado de um projeto preparado, praticamente, desde os anos 1930, que sofreu vários reveses nas suas tentativas de afirmação prática. No fundo, ele é herdeiro do Movimento Tenentista na sua versão fascista que, em grande medida, nunca contou com maior poder persuasivo nos grandes movimentos de massa.

4. DO SONHO DE DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO À MISTIFICAÇÃO DO CRESCIMENTO AUTORITÁRIO

Desse modo, a acomodação e o arrefecimento político desses processos de transformação e participação ocorridos não se realizaram no país por se haver atingido um equilíbrio estável, num modelo representativo plural-elitista, como visto no sentido das democracias representativas modernas. Ao contrário, novamente a tentativa de resolução dos conflitos de classes no Brasil teve a sua instrumentalização através de um golpe de estado militar e a conseqüente implantação de uma ditadura com uma durabilidade jamais havida no país.

Portanto, o bloqueio da participação política de massas, no Brasil, na busca de uma democracia substantiva e do desenvolvimento, se deve muito menos a uma pretensa fragilidade organizacional da sociedade e muito mais às violentas e repressivas ações intervenientes sobre a sociedade em movimento⁵⁷. Essas ações sempre tiveram origem no próprio aparelho de Estado, ou como consequência de iniciativas golpistas bem sucedidas, levadas a cabo por associações de segmentos elitistas civis e militares, como de praxe ocorreu em toda a América Latina e Caribe. A ideologia norteadora desses golpes elitistas, no século XX, sempre esteve calcada na segmentação política esquerda/direita, especialmente, a partir da Revolução Russa de 1917. No Brasil republicano, o momento de “reestruturação democrática”, pós anos 1930, se processou implantando-se regimes cambiantes, sob pactos políticos plural-elitistas, realizados pelo alto, sem representação popular significativa.

Na medida em que os movimentos políticos e sociais de massas se desdobraram crescentemente, recriando paulatinamente uma esfera pública popular, consoante com a expansão da divisão social do trabalho, o sistema perdia o seu frágil equilíbrio plural-elitista, redundando em crise política do Estado. Esta, por seu turno, se projetava como crise de hegemonia dos grupos oligárquicos dominantes e subdominantes, devido à gestão patrimonial do aparelho de Estado. Diante disso, a crise do Estado é a nova correspondente da crise do antigo modo de dominação e de hegemonia hierarquizada das oligarquias rurais, à imagem dos anos 1930. A diferença é que os novos segmentos de elites urbanas em ascensão econômica estavam constituídos de modo mais orgânico, porém, ainda, extremamente dependentes das ações estatais, na constituição da taxa de acumulação de capital; daí estabelecerem novas alianças, mesmo conflituosas, com as oligarquias rurais.

O estamento militar, nessa conjuntura, devido a sua maior coesão e a possibilidade do uso da força, permanece sendo o mediador instrumental privilegiado, que se assume como a salvaguarda fundamental da estabilidade institucional, referendado

pelo fetiche do “avanço vermelho”, renovado pelo discurso norte-americano, no contexto da Guerra Fria. A aliança Brasil-Estados Unidos, estabelecida no pós-II Guerra Mundial, tem essa forte marca anticomunista e, neste sentido, quaisquer avanços políticos, mesmo aqueles bem primários, conformando circulação de elites, desde que levantassem em seus discursos avanços no trato das questões sociais⁵⁸.

Nesta perspectiva, nos começos dos anos 1960, como contraponto à mobilização da participação política de massas, segmentos militares e civis, como referidos acima, contestavam a condução das questões sociais e o acatamento das manifestações populares, pelo Governo Jango. Como evidenciam Cruz e Martins⁵⁹,

(...) Os que tentaram impedir a posse do vice-presidente João Goulart tiraram do seu fracasso em 1961 a lição que os levou à vitória em 64. Compreenderam que, para ter êxito, o novo golpe a ser tentado precisava contar com uma base social de apoio que fosse a mais ampla e diferenciada possível. Levada à prática, essa diretriz resultou na montagem de uma complexa coalizão que incluía praticamente todas as facções das classes dominantes (do rural ao urbano, do arcaico ao moderno, do nacional ao estrangeiro, do produtivo ao parasitário), juntamente com ponderáveis parcelas da pequena-burguesia, das profissões liberais e da nova classe média burocratizada, com suas representações no plano político partidário. A contraface militar dessa coalizão era também complexa, nela agregando-se legalistas históricos (como o próprio Castello) e conspiradores incansáveis.

A representação simbólica que permitiu essa coalizão golpista, como já afirmado, foi a da “**luta contra o avanço do comunismo**”. Nestes termos, o golpe militar de 1964 não decorreu de uma opera-

ção repressiva, provinda do aparelho de Estado ou de mera quartelada, como em situações anteriores ocorridas no país. Constituiu-se, na verdade, numa aglutinação de forças políticas e econômicas, de largo espectro, conservadora, desdobrada cumulativamente, desde os anos 1930, e conseqüente, ao contrário do que possa parecer, da modernização capitalista brasileira. Contrária à participação política popular e de abertura política do Estado, e baseada ideologicamente no que ficou conhecido como a "doutrina da segurança nacional", a qual está inscrita na ideologia da Guerra Fria, ou conflito Leste-Oeste. Assim, se estrutura fugindo do embate político na arena pública, recorrendo à intervenção militar para a instauração de uma alternativa de poder, com a supressão dos direitos políticos dos oponentes.

O governo implantado com o golpe militar, de março 1964, acionou um programa de intervenção política e econômica, respectivamente, repressivo e centralizador, de caráter estabilizador, ao mesmo tempo, em que realizava algumas reformas estruturais de caráter tributário e financeiro creditício. A par disso, foi encetada uma política de "arrocho salarial", induzindo a uma reconcentração da renda bastante severa. A partir de 1967, com a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), o governo militar rompia com o regime de estabilidade do emprego, vigente desde os anos 1920. Com isto, operava em dois sentidos: economicamente, introduzia uma maior rotatividade da mão-de-obra, permitindo maior poder de barganha às empresas na redução dos seus custos; politicamente, a instabilidade potencial no emprego poderia arrefecer o ânimo político do trabalhador, tanto no plano da empresa quanto no plano da organização social.

Quanto à reforma agrária, a bandeira de luta política mais cara ao movimento político esmagado, o governo militar aprovou o Estatuto da Terra⁶⁰, em novembro de 1964. A intenção foi promover uma reforma agrária através da criação de um mercado de terras, resultante de impostos progressivos sobre a terra improdutiva⁶¹ e, desse modo, o processo de redistribuição da terra agrícola, na perspectiva do

governo, poderia ser realizado sem as tensões sociais anteriores⁶².

As medidas "saneadoras" de 1964-1966 permitiram o aproveitamento intenso da estrutura econômica montada nos quinze anos anteriores, abrindo as portas para o crescimento acelerado que se verificou posteriormente (1967-74) e que ficou conhecido como o "milagre brasileiro". A outra face da moeda foi a montagem de uma sofisticada estrutura institucional no aparelho de Estado, para suprimir as liberdades e os direitos políticos, assim como, reprimir violentamente as manifestações contrárias ao regime ditatorial estabelecido. No contexto da nova estrutura de poder coercitivo, ditatorial, aprofundou-se o processo de expansão econômica do Estado na economia, particularmente, através da fundação de empresas estatais e de centralização das finanças públicas concomitante ao aumento do grau de monopólio da economia privada.

Ou seja, o governo militar implantado em 1964, ao sufocar o avanço político que vinha se realizando, encontrou espaço político favorável para adotar um conjunto de políticas econômicas e sociais, que reforçaram e até incrementaram as tendências de concentração e centralização do capital na economia brasileira, tornando ainda mais excludente e desigual a dinâmica do desenvolvimento, de natureza urbano-industrial e dependente internacionalmente.

É fato que o processo de modernização conservadora ocorrido no país, modelado no período 1930-64, infelizmente é conseqüência direta do cerceamento arbitrário e repressivo, no mais das vezes *manu militari*, da participação política de massas em momentos cruciais da sua triste história política ou da sua tragédia política. A inorganicidade ou fragilidade política brasileira, como costuma denominar a ideologia dominante, é muito menos resultante de uma anomia sociopolítica e muito mais decorrente das formas coercitivas com que foram reprimidos os movimentos políticos e sociais pelas elites dominantes, fazendo com que os exercícios de participações não se transformassem em exercícios de represen-

tações minimamente sustentáveis na construção de uma democracia substantiva. Este é o fundamento que explica, em grande medida, porque o capitalismo brasileiro reconstruído em bases urbano-industriais a partir dos anos 1930, garantiu um relativo sucesso econômico, no tocante à ampliação e à complexidade setorial da taxa de acumulação; não obstante, ao contrário, não conseguiu ao longo da sua trajetória garantir a efetivação de aceitáveis níveis de justiça sócio-econômica.

NOTAS

- ¹ Aliás, como se verá, o argumento fetichista das elites nacionais, expressando a necessidade de barrar o avanço do comunismo, como justificativa dos momentos de fechamento político autoritário, será recorrente em todo o período ora analisado.
- ² Aqui, é usada a expressão *sociedade civil* no sentido gramsciano, como a instância superestrutural formada pelas instituições que estabelecem, consensualmente, a ideologia e a hegemonia de um determinado bloco histórico.
- ³ Tenha-se em mente que a perda de poder político das oligarquias tradicionais, no âmbito do governo central, não significou, concomitantemente, perda de poder político no plano local; ao contrário, essas estruturas de mando patrimonial e de relações clientelistas, na realidade, se reforçaram, especialmente, nas áreas periféricas do país.
- ⁴ DINIZ, E. "Estado Novo: estrutura de poder e relações de classe". In: FAUSTO, B. (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo III, O Brasil Republicano, vol. 3. São Paulo: DIFEL, 1981, p. 84.
- ⁵ É interessante observar que Getúlio Vargas e as novas elites empresariais em ascensão, agrupadas na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), receberam grande influência política e ideológica de Oliveira Viana, Azevedo Amaral e Francisco Campos, particularmente, no que se refere à necessidade da intervenção autoritária do Estado. Neste sentido, recomendo as leituras de: BOSCHI, R. R. *Elites industriais e democracia*. Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1979, cap. II; VIANNA, L. W. *Liberalismo e sindicato no Brasil*, 2ª edição. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1978, caps. 4 e 5. As concepções de Oliveira Vianna podem ser vistas em sua obra *Instituições Políticas Brasileiras*. Niterói: Ed. Itatiaia/EDUSP/EDUFF, 2 volumes, 1987, sendo particularmente reveladora uma leitura dos capítulos V-XII, vol. 2.
- ⁶ Cf. ALBUQUERQUE, M. M. *Pequena história da formação social brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1931, especialmente p. 573-603.
- ⁷ Para uma elucidativa discussão sobre a teoria do equilíbrio pluralista-elistista, ver MACPHERSON, C. B. – *Ascensão e queda da justiça econômica e outros ensaios*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1991, especialmente, cap. 10.
- ⁸ De forma aberta ou implícita, este caráter golpista das elites nativas é, em nossa opinião, um dos traços mais marcantes da cultura política brasileira desde a constituição do Primeiro Império, em 1822.
- ⁹ Cf. PALAEZ, C. N. "As conseqüências econômicas da ortodoxia monetária e fiscal no Brasil entre 1889-1945". Rio de Janeiro: *Revista Brasileira de Economia*, v. 25, nº 3, 1971, p. 5-82.
- ¹⁰ Cf. FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*, 6ª Edição. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964, especialmente cap. XXVII.
- ¹¹ Esses imigrantes tiveram papel importante tanto na formação do proletariado moderno brasileiro, quanto na classe empresarial.
- ¹² Para uma discussão fundamentada sobre as vinculações entre as expansões de atividades urbano-industriais e as atividades exportadoras no Brasil é recomendável a leitura de SUZIGAN, W. *Indústria brasileira. Origem e desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1986. Em FURTADO, C., *op. cit.*, encontra-se a tese clássica de que a origem da burguesia industrial brasileira originou-se, principalmente, das próprias oligarquias vinculadas às atividades primário-exportadoras, notadamente, a do café e a do algodão.
- ¹³ SODRÉ, N.W. *História da Burguesia Brasileira*, 2ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967, p. 264-265.
- ¹⁴ FISHLOW, A. "Origens e Conseqüências da Substituição de Importações no Brasil". In: VERSIANI, F.R. e BARROS, J. R. M. (org.). *Formação econômica do Brasil. A experiência da industrialização*. São Paulo: Saraiva, Série ANPEC, Leituras de Economia, 1976, pp. 7-40.
- ¹⁵ Sobre esse último ponto, cf. VERSIANI, F. R. E VERSIANI, M.T.R.O. "A Industrialização brasileira antes de 1930: uma contribuição". In: VERSIANI, V.R. E BARROS, J.R.M. (org.), *op. cit.* p. 125.
- ¹⁶ Cf. STEIN, S.J. *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil-1850-1950*. Rio de Janeiro: Campus, 1979, especialmente, cap. 8.
- ¹⁷ Um estudo sobre a formação do proletariado industrial no Brasil e suas ações políticas iniciais é o de LEONARDI, V. e FOOT, F. *História da indústria e do trabalho no Brasil*. São Paulo: Global, 1982.
- ¹⁸ Cf. FURTADO, *op. cit.*, p. 219.
- ¹⁹ Sobre a participação de empresários influenciando as decisões governamentais nesse período, consulte a *Introdução* de Carlos von Doelinger, em GUDIN, E. e SIMONSEN, R. C. *A Controvérsia do Planejamento na Economia Brasileira*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1978, p. 3-20.
- ²⁰ Cf. SINGER, P. *A Crise do milagre. Interpretação crítica da economia brasileira*. São Paulo: Paz e Terra, 1976, p. 29.
- ²¹ Como ilustração, ressalte-se que a indústria cresceu, entre 1929-1939, cerca de 125% e aproximadamente 11% ao ano, entre 1933 e 1939, cf. SILBER, S. Análise da política econômica e do comportamento da economia brasileira durante o período 1929/1939. In: VERSIANI, F.R. e BARROS, J.R.M. (org.), *op. cit.*, p. 187.

- ²² Cf. GTDN (Grupo de Trabalho Para o Desenvolvimento do Nordeste). Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste. In VERSIANI, F. R. e BARROS, J.R.M. (org.), op. cit., p. 306 - 316.
- ²³ Ver FERREIRA, A. "A dinâmica da expansão industrial recente no Nordeste". Fortaleza: Revista Econômica do Nordeste, v. 14, n. 2, abr.- jun. 1983, p. 219-246.
- ²⁴ Cf. OLIVEIRA, F. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. In: Seleções CEBRAP 1, São Paulo, Ed. CEBRAP/Brasiliense, 1977, p. 10.
- ²⁵ Neste sentido, é notável a capacidade aglutinadora que exerceu a Aliança Nacional Libertadora, criada em 1935, sob o comando do Partido Comunista, chefiado por Luís Carlos Prestes, a qual tentou desenvolver um movimento revolucionário (1935), que foi militarmente abortado, com presteza.
- ²⁶ É necessário notar que os militares, particularmente os originários do Movimento Tenentista, passaram a ter um papel importante nas demandas políticas por modificações do Estado patrimonial-clientelista vigente. Sobre o patrimonialismo no Brasil recomendo SCHWARTZMAN, S. *Bases do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Campus, 1982; o papel dos militares nos processos políticos dos anos 30 pode ser visto em FIGUEIREDO, E. L. (org.). *Os militares e a Revolução de 30*. São Paulo: Paz e Terra, 1979.
- ²⁷ Cf. BOTTOMORE, T. B. *As elites e a sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974, cap. V.
- ²⁸ Cf. FRANK, A. G. Desenvolvimento do subdesenvolvimento latino-americano. In: PEREIRA, L. (org.). *Urbanização e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1976, p. 25-38.
- ²⁹ Vale notarmos que o Produto Nacional Bruto cresceu, entre 1933-1936, 7,4% ao ano; entre 1937-1941, 4,5% e entre 1942-1945, 1,8%, portanto, uma queda expressiva. Ademais, a importação de bens de capital para a indústria cresceu nos períodos acima citados, respectivamente, a taxas anuais de 41%, -5,5% e -1.1%. Cf. SUZIGAN, W. *Industrialização e política econômica: uma interpretação em perspectiva histórica*. Rio de Janeiro: Pesquisa e Planejamento Econômico, v.5, n.2, 1975, Tabela 1, p. 437.
- ³⁰ É bom ressaltar que a importação de bens de capital para a indústria se incrementou entre 1946-47 em 65,7%, cf. SUZIGAN, op. cit., Tabela 1.
- ³¹ À época, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.
- ³² Observe-se que em abril do mesmo ano já havia sido decretada a anistia geral e marcadas eleições para o mês de dezembro, o que, certamente, demonstra o sinal mais evidente do esgotamento político da ditadura do Estado Novo.
- ³³ Vargas, inclusive, expressou a façanha de haver sido eleito deputado por 5 estados.
- ³⁴ É muito provável que a repressão ao movimento sindical tenha contribuído para deter o processo espiral salários-preços. Não há como se descartar que, sob condições de oligopólio, a inflação possa conter fatores determinantes provindos do conflito capital-trabalho.
- ³⁵ SINGER, op. cit., p. 33.
- ³⁶ Superintendência da Moeda e do Crédito.
- ³⁷ Cf. SINGER, op. cit., p. 33.
- ³⁸ Cf. SINGER, op. cit., p. 39.
- ³⁹ A maior parte dos fundos financeiros iniciais do BNDE foi captada através de um aumento de 15% no imposto de renda das pessoas físicas. Analogamente, o capital inicial da PETROBRÁS foi conseguido através de poupanças compulsórias do setor privado.
- ⁴⁰ Cf. HIRSCHMAN, A. O. *Política econômica na América Latina*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1965, p. 77-80.
- ⁴¹ Num sentido weberiano, é possível dizer que o suicídio de Getúlio Vargas expressa, em grande medida, a impossibilidade de conciliação das ações populistas levadas a cabo por um líder carismático e o exercício da ação estatal sob o pressuposto de ação racional e necessidade de legitimação legal, em condições de avanço democrático. O contra-senso dessa situação é o fato de, numa conjuntura de redemocratização do país, ser o reconhecido golpismo udenista o desencadeador fundamental da crise política que se instalou com a morte de Vargas.
- ⁴² Ver SKIDMORE, T. *Brasil: de Getúlio a Castelo*, 6ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 1979, p. 198-202.
- ⁴³ Sobre essa tendência à estagnação da economia americana, cf. BARAN, P. A. e SWEEZY, P. M. *Capitalismo monopolista. Ensaio sobre a ordem econômica americana*, 3ª Edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- ⁴⁴ Os setores dinâmicos do período (materiais de transportes, especialmente automobilístico, metalúrgico, mecânico e elétrico) apresentavam conhecimento tecnológico plenamente difundido entre as principais economias capitalistas desenvolvidas da Europa, EUA e Japão. Ademais, a própria União Soviética, já dominando esses processos produtivos, retomava o seu processo de crescimento industrial parcialmente interrompido pela guerra. Sobre o crescimento industrial da antiga URSS, cf. NOVE, A. *A economia do socialismo soviético*. São Paulo: Ática, especialmente, parte 2.
- ⁴⁵ Cf. SUZIGAN, op. cit., p. 451.
- ⁴⁶ Sintetizado na expressão "crescer cinquenta anos em 5", denota a idéia da necessidade do crescimento econômico acelerado, tendo por base um plano de desenvolvimento, com fortes apelos à superação do subdesenvolvimento através da industrialização, como preconizado pela Comissão Econômica Para a América Latina (CEPAL). Uma análise do papel do empresariado nos anos JK é a de TREVISAN, M. J. *50 anos em 5... a FIESP e o Desenvolvimentismo*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- ⁴⁷ GTDN, op. cit., passim.
- ⁴⁸ Para uma análise do processo de criação da SUDENE e seu papel na indução do crescimento econômico regional, recomendo consultar: OLIVEIRA, F. de. *Elegia para uma religião*. SUDENE, Nordeste, planejamento e conflito de classes. São Paulo: Paz e Terra, 1977; COHN, A. *Crise regional e planejamento*, 2ª edição. São Paulo: Perspectiva, 1978;

- FURTADO, C. *A fantasia desfeita*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.
- ⁴⁹ Cf. LESSA, C. *15 anos de política econômica*, 2ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 81-83.
- ⁵⁰ Cf. HOFFMAN, R. Tendências da distribuição da renda no Brasil e suas relações com o desenvolvimento econômico. In TOLIPAN, R. e TINELLI, A. C. (org.). *A controvérsia sobre a distribuição da renda e desenvolvimento no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975. Quadro 2, p. 108.
- ⁵¹ Cf. ALTMANN, A.M.G. e FERREIRA, C. E. de C. Evolução do Censo Demográfico e Registro Civil como fontes de dados para análise da fecundidade e mortalidade no Brasil. Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Estatística, v. 40, nº 160, p. 439 (estimativas de SANTOS, J.L.F.).
- ⁵² Sobre as relações entre migração, urbanização e industrialização, nesse período, é recomendável a leitura de: LOPES, J. R. B. *Desenvolvimento e mudança social*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978, especialmente, cap. I-IV.
- ⁵³ O argumento de militares contra a posse de João Goulart, vice-presidente de Jânio Quadros, era de que o mesmo tinha idéias comunistas. Desse modo, o velho argumento estigmatizante voltava à tona para justificar um novo golpe político. A aceitação da sua posse foi, de certa maneira, forçada popularmente diante da possibilidade de eclosão de sublevações populares, principalmente, partindo do Rio Grande do Sul, sob o comando do seu governador, Leonel Brizola. A saída conciliatória, aceita por Goulart, foi reduzir o seu poder através da implantação provisória de um regime parlamentar, que deveria ser submetido a referendo plebiscitário, posteriormente. Jango, como era conhecido, tomou posse em 7 de setembro de 1961. O referido plebiscito foi realizado em 23 de janeiro de 1963, resultando em esmagadora vitória a favor do presidencialismo.
- ⁵⁴ Sobre as Ligas Camponesas, cf. AZEVÊDO, F. A. *As ligas camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- ⁵⁵ Ressalte-se que o PCB não havia readquirido a sua condição de atuação legal. O Partido Trabalhista Brasileiro, que vinha crescendo desde a sua criação em 1945, nas eleições de 1962 elegeu 116 deputados federais, tornando-se o segundo maior partido oficial do país.
- ⁵⁶ Aqui, estou de acordo com Tourraine, quando diz que "(...) a tradição européia identificou tão intensamente democracia e representatividade que se recusa a chamar de democrática uma política de participação". Cf. TOURRAINE, A. *Palavra e sangue*. Política e sociedade na América Latina. São Paulo: Editora da UNICAMP/Trajatória Cultural, 1989, p. 154.
- ⁵⁷ Deve-se reconhecer que a construção de uma esfera pública consistente requer uma construção histórica de longo prazo. Ainda mais, nas condições modernas, ou pós-modernas, como se queiram denominar, em que as diferenciações de interesses, devido as crescentes diferenciações de posições de classes, sejam de tal ordem que tendem a potencializar fragmentações sistemáticas entre si, muito embora, conjunturalmente, possam ser construídas, na arena política, alianças importantes em torno de questões estratégicas convergentes. O problema da construção democrática substantiva depende diretamente do grau de persistência histórica dessas alianças que, por seu turno, depende do grau efetivo, assegurado juridicamente, de liberdade de expressão política, que não se confirma apenas pela existência de eleições livres e formais, sistemáticas.
- ⁵⁸ Neste sentido, é exemplar a tentativa golpista formada por civis e militares, simbolicamente representada pela UDN, no interior do próprio Governo Café Filho, com o objetivo de impedir a posse do presidente eleito Juscelino Kubistchek e de seu vice João Goulart, pela aliança PSD-PTB, em outubro de 1955, que culminou com meteórico e frustrado levante de 11 de novembro, reconhecido pelos seus participantes como *contragolpe preventivo*. Isto, segundo a alegação de que o apoio dos comunistas à candidatura JK-Jango era pernicioso para o país. O fato é que o desdobramento dessa turbulência política redundou na aprovação, pela Câmara e pelo Senado, de uma resolução que impedia Café Filho de reassumir o governo, do qual se afastara, antes, alegando questões de saúde, quando já havia impedido Carlos Luz, presidente do Senado, de assumir na ausência do primeiro, por ambos estarem envolvidos na conspiração para obstar a posse dos eleitos. Assim, a Câmara aprovou o nome de Nereu Ramos, vice-presidente do Senado, para assumir a presidência da república, a partir de 11.11.55, o qual, com a aprovação do Congresso, decretou estado de sítio por 30 dias e terminou por dar posse a JK e Jango, em 31.01.56. Ou seja, para se assegurar a posse dos eleitos, diante da tentativa de golpe de Estado, foi dado, em sentido prático, um golpe de Estado. Mas, mesmo diante de muitas manifestações conspiratórias, principalmente motivadas por ações do jornalista Carlos Lacerda, Kubistchek encerrou o seu mandato dentro do prazo institucional, sendo uma exceção no período aqui em foco.
- ⁵⁹ Cf. CRUZ, S. C. V. e MARTINS, C. E. "De Castelo a Figueiredo: uma incursão na pré-história da abertura". In: SORJ, B. *Sociedade e política no Brasil Pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 15-16.
- ⁶⁰ Sobre o Estatuto da Terra, cf. WANDERLEY, M. de N. B. *Capital e Propriedade Fundiária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra 1978, p. 103-104.
- ⁶¹ A concepção de reforma agrária, realizada através de taxaço progressiva sobre a terra improdutiva, é encontrada em KALDOR, N. *Taxação e desenvolvimento econômico*. In: BÉNARD, J. et alli. *Programação do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1969, cap. 4. O seminário internacional, que originou esta coletânea de artigos, foi realizado pela USP/UNESCO, entre 30/12/1962 e 17/01/1963.
- ⁶² A não efetividade da cobrança de tais impostos, além do desinteresse real pela reforma agrária, tornou inócua o Estatuto da Terra.